

**HABEAS CORPUS Nº 548.689 - SP (2019/0357198-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : ANGELA MARIA PERRETTI  
**ADVOGADO** : ANGELA MARIA PERRETTI - SP125488  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : JIA LEE (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JIA LEE contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - Apelação Criminal n. 0002612-32.2018.4.03.6119.

Consta dos autos que a paciente foi condenada às penas de 6 (seis) anos e 5 (cinco) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e multa, em razão da prática do delito previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso I, da Lei n. 11.343/06.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante a Corte *a quo*, a qual negou provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença condenatória.

Nesta via, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da ausência de justificativa idônea para balizar o afastamento do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas,

Defende que, com a aplicação do aludida causa de diminuição, a paciente faria jus ao abrandamento do regime inicial, nos termos do art. 33 do CP, levando em consideração as circunstâncias favoráveis, a primariedade do paciente e a quantidade da pena aplicada, a luz dos enunciados sumulares n. 718 e 719 da Suprema Corte e n. 440 desta Corte Superior de Justiça.

Por fim, aduz a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos aos condenados por crime de tráfico, haja vista a edição da Resolução n. 05/2012 do Senado Federal, a qual suspendeu a expressão que vedava a referida benesse, e o preenchimento dos requisitos dispostos no art. 44 do Código Penal.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja aplicado à paciente o redutor do tráfico privilegiado, mitigado o regime prisional e substituída a reprimenda privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Com efeito, para a concessão do pedido liminar, é necessário a presença cumulativa dos seus requisitos, a saber, o *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e o *periculum in mora* (perigo na demora).

Na presente hipótese, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária,

# Superior Tribunal de Justiça

porquanto não foi comprovada a ilegalidade apontada pelo impetrante.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator